050ª SESSÃO ORDINÁRIA 05JUN2019

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Engº Comassetto solicita Licença para Tratamento de Saúde nos dias 27 e 28 de maio de 2019.
O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, subo a esta tribuna no período de liderança do meu partido, PSOL, dos colegas Ver. Roberto Robaina e Ver.ª Karen Santos. A manifestação que eu gostaria de fazer hoje é em celebração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, meio ambiente esse que anda atacado, agredido, destruído.
Desde a revolução industrial, Ver. Roberto Robaina, com a utilização dos combustíveis fósseis, nós temos uma depreciação da qualidade ambiental significativa para nossa sociedade. É claro que alguns vêem o progresso como algo puramente benéfico, não analisando todos os problemas que estão envolvidos como cortina de fundo ou pano de fundo nesses avanços.
O carvão mineral foi o combustível que movimentou a revolução industrial no final do século XVIII, e, por incrível que pareça, ainda é defendido por alguns como matriz energética. O carvão mineral, cujas jazidas encontram-se no subsolo do Rio Grande do Sul. Do outro lado da ponte há um projeto da maior mina de carvão mineral do planeta terra. A atividade mineradora degrada a qualidade do ar, contamina o lençol freático, destrói os cursos hídricos que estão ao seu redor, justamente o Guaíba e os rios que compõem o Delta do Jacuí, que deságuam na região de Eldorado do Sul, que é onde uma empresa pretende instalar a sua mina.
Alguns grupos tentam demonstrar para a população em geral e para os governantes que isso só tem a destruir e prejudicar o nosso ambiente e a qualidade de vida do cidadão da Região Metropolitana não apenas de Porto Alegre, não apenas de Eldorado, mas de todos aqueles que moram no entorno. O vento, as rajadas de vento não respeitam limites municipais, e a fuligem será levada por quilômetros de distância. As águas contaminadas, muitas vezes, não conseguem ser tratadas para consumo; portanto pensem em todo o

potencial hídrico utilizado do lago Guaíba que começará a ser comprometido. Que esse Dia Mundial do Meio Ambiente sirva de reflexão para o que estamos propondo para nossa cidade e o nosso Estado: diminuição de qualidade de vida, agravamento nos quadros de doença, prejuízo à saúde de todos nós, não apenas dos animais, não apenas dos vegetais. O comprometimento da qualidade ambiental poderá significar, talvez num curto espaço de tempo, a extinção da nossa própria espécie. É por isso que precisamos ficar atentos; atentos também aos movimentos que acontecem em âmbito mundial, como na Europa, em especial na França, que é o país que caminha a passos largos para o controle e restrição pesada, dura, dos defensivos agrícolas, chamados por nós de agrotóxicos, sobre os quais tramitam em Brasília projetos de lei que cismam em renomeá-los para produtos fitossanitários. Algo que melhora a produtividade de uma lavoura, de uma monocultura, mas pode comprometer a produção agrícola de vários outros cultivares, como se pode ver, atualmente, no alto índice de mortalidade de abelhas, que são agentes de polinização de uma infinidade de vegetais. Nós já começamos a perceber quebras drásticas na produção de frutos, como maçãs e uvas na serra gaúcha, que tem seus parreirais comprometidos porque a queda na população de abelhas, causada principalmente pelo uso descontrolado de agrotóxicos, está causando problemas também no bolso do produtor; portanto, devemos ser racionais e conscientes do que estamos fazendo com este planeta. A liberação de 160 novos compostos tóxicos para serem usados em plantações no Brasil não é bem-vinda para nossa saúde, porque já existem sérios trabalhos científicos que demonstram que há um atrelamento direto entre o aumento de casos de autismo entre as crianças e o aumento do consumo de agrotóxicos que as plantações se fazem valer.

Portanto, precisamos estar atentos. E, neste Dia Mundial do Meio Ambiente, eu peço que todos façam, pelo menos, alguns segundos de reflexão: precisamos ter o ar contaminado? Precisamos continuar comendo veneno e, cada vez mais, em cargas maiores? Eu creio que essa não é a qualidade de vida que nós precisamos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

SR. NELCIR TESSARO (DEM): Sr. Presidente, Ver. Alvoni Medina; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, eu venho a esta tribuna – agradecendo o meu líder, Ver. Reginaldo Pujol, e ao Ver. Cláudio Conceição – para falar sobre uma lei que vigora em Porto Alegre há nove anos, e, nesses nove anos, essa lei foi inócua, nada dela foi aproveitado nesta cidade. Chama-se Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro, lei votada lá em 2010, que seria a solução para a Zona Leste de Porto Alegre. Ela poderia trazer o desenvolvimento e fazer com que a nossa Lomba do Pinheiro pudesse ser, sim, mais desenvolvida, porque nós sabemos que as duas zonas onde há maiores irregularidades nas construções, nas habitações são o bairro Restinga e a Lomba do Pinheiro. Eu quero dizer que a operação consorciada que visava dar contrapartida maior para aprovação de projetos naquele bairro não vingou, mas, sim, prejudicou, Presidente – prejudicou! De 2010 até agora são nove anos e nenhum projeto foi aprovado na Lomba do Pinheiro em virtude dessa Operação Consorciada, Ver. Cecchim, que foi aprovada, engessando a cidade. Nós poderíamos estar lá aplicando o nosso Plano Diretor, que foi votado nesta Casa, mas optou-se por aprovar uma legislação que seria o futuro para Porto Alegre, mas engessou a cidade. Ainda bem que essa mesma lei consorciada não foi aprovada aqui na Zona Norte – Humaitá/Navegantes, que também ali o projeto era fazer com que a operação consorciada fosse implantada. Nessa outra região da cidade, não foi.

Pois bem, está começando a se desenvolver o 4º Distrito, claro que com grandes dificuldades, mas ali temos que aplicar grandes incentivos, e agora tirando esses imóveis listados que estavam ali, e também com a facilidade dos imóveis tombados serem considerados como potencial construtivo e terem as reformas necessárias, quem sabe lá, não é?

Eu fiz o pedido de indicação para a revogação dessa Lei da Operação Consorciada da Lomba do Pinheiro. Está tramitando na Casa, está na CUTHAB, no momento, e eu gostaria de pedir agilidade aos colegas vereadores que representam esta Casa naquela comissão, pois nós precisamos fazer com que voltem novamente a se desenvolver as melhorias na Lomba do Pinheiro, que voltem a se fazer empreendimentos não somente no entorno, ao lado da Estrada João de Oliveira Remião, ali, nas suas laterais, onde tem obras, mas lá para dentro, onde não temos as ruas, não temos água, esgoto, porque não se tem uma contrapartida, não se tem uma arrecadação de impostos condizente para

fazer com que sejam implantadas melhorias na nossa capital. Tudo em decorrência – volto a frisar – dessa lei que engessou a Zona Leste de Porto Alegre, que vai até a Pitinga.

Esse é o grande problema, esse problema é grave, alerto novamente os colegas vereadores. Já estive em conversa com o nosso líder do governo, o Ver. Mauro Pinheiro, alertando-o, pedindo que fosse agilizada a solução, que fosse conversado com o Sr. Prefeito Municipal Nelson Marchezan no sentido de que haja o apoio para que possamos, sim, ter o retorno do nosso Plano Diretor para os empreendimentos que estão em aprovação na Lomba do Pinheiro. E não só na Lomba do Pinheiro, na região Leste de Porto Alegre até a Pitinga, porque nós temos ali, na Parada 21, diversos empreendimentos que estão parados. Temos na Parada 7, da Lomba do Pinheiro, um grande empreendimento parado, em decorrência dessa legislação que não está permitindo a sua aprovação, porque na contrapartida não há condições de os empreendedores disporem, porque seria impossível empreender ali. Então, mais uma vez, quero pedir o apoio dos senhores e das senhoras para a... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Ver. Medina, que está presidindo a sessão; demais vereadores e vereadoras, público que nos dá a honra de nos assistir pela TVCâmara. Neste momento em que nós estamos fazendo a Semana do Meio Ambiente, o Prof. Alex Fraga se referiu a um tema que tem nos preocupado, motivado a nossa ação política enquanto oposição, portanto representando o PSOL e o PT: diz referência à mina de carvão, a mina de Guaíba, que fica entre Charqueadas e Eldorado. Será um megaempreendimento com impacto no meio ambiente de 25 anos, é um empreendimento muito volumoso. Estamos, junto aos órgãos competentes do Estado, em particular a Fepam, que é responsável pela autorização da licença ambiental de um tipo de empreendimento como este, que tem um profundo impacto ambiental, requerendo uma audiência pública em Porto Alegre. Já houve audiência pública em Charqueadas, nós

queremos audiência publica em Porto Alegre, porque este megainvestimento tem efeitos na cidade de Porto Alegre, atinge a vida dos porto-alegrenses.

Vou ler a base do nosso requerimento, para que os telespectadores da TVCâmara tenham a exata noção do que se trata, porque, infelizmente – sei que o André Carús, como presidente da COSAM, é solidário a essa ideia de audiência pública, agradeço seu apoio –, trata-se de algo que tem sido pouco debatido, e a Câmara de Vereadores tem a obrigação de jogar luz sobre um assunto que tem impacto na vida de todos os porto-alegrenses e no Estado, de modo geral. Na nossa consideração, dirigida à diretoria da Fepam, fazendo o apelo pela audiência pública, nós consideramos que a instalação da mina representa ameaça para o abastecimento de água da Região Metropolitana, pelo risco de poluição e contaminação do lençol freático. Há risco de contaminação no entorno, com metais pesados, além da eventual poluição atmosférica em razão das condições próprias do carvão. E aqui tem importância o seguinte: essa mina está separada de Porto Alegre por 20 quilômetros; da Ilha da Pintada, por 7 quilômetros; do Jacuí, por alguns metros. Então, apresenta riscos à saúde, há substâncias tóxicas que essa produção apresenta que têm impacto na lavoura, que têm impacto na produção de arroz orgânico, que é efetivada nessa região, atinge a vida animal, vegetal e atinge o abastecimento de água. Há risco ao abastecimento de água! Então não é possível, e este é o nosso apelo: que diante de riscos graves à saúde pública, riscos graves ao abastecimento de água, a Câmara Municipal não faça esse gesto, não faça essa exigência, e que o órgão estadual competente, para dar o licenciamento ambiental, não discuta, na capital dos gaúchos, o impacto de um empreendimento desse tipo. Nós já fizemos esse pedido à Fepam; a Fepam respondeu ao nosso primeiro comunicado e à nossa primeira carta dizendo que vai haver uma audiência pública em Eldorado do Sul. Nós queremos audiência pública em Porto Alegre para que se possa discutir esse megainvestimento, para que se possa discutir quais são os impactos sociais e também os impactos ambientais, porque se é para colocar em risco o abastecimento de água, evidentemente que não... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do seu pronunciamento.) Obrigado, Presidente, então eu concluo fazendo esse chamado. Nós, da bancada da oposição, estamos fazendo essa solicitação formal para a Fepam, o documento é datado de hoje, e eu aproveito este momento e esta Semana do Meio Ambiente para informar à população gaúcha e porto-alegrense que essa é uma luta que

nós estamos desenvolvendo e pedimos o apoio de toda sociedade. Nós não podemos ficar defendendo o meio ambiente em palavras e, de fato, liquidando e destruindo a natureza, destruindo toda forma de existência e de vida. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Obrigado, Ver. Roberto Robaina. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Presidente dos trabalhos, nobre colega Ver. Alvoni Medina; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Hoje, no Dia Mundial do Meio Ambiente, nós prestamos a nossa solidariedade, o nosso apoio a todos aqueles que lutam por um ar mais limpo, por uma cidade mais limpa, para que o lixo vá parar no lixo e para que a gente tenha uma melhor qualidade de vida a partir de uma preocupação dos gestores públicos com relação ao meio ambiente.
Venho aqui no tempo de liderança do PT para poder enforcar um assunto que eu acredito ser de extrema importância, que é a questão da saúde pública em Porto Alegre. Nós sabemos que o governo trabalha com a ideia da terceirização, da contratualização ou da privatização de um serviço que é essencial, um serviço que não é considerado como mercadoria para ter lucro. A saúde não é mercadoria para que empresas se estabeleçam e queiram ganhar muito dinheiro. Não é! Até porque, pela lei do Sistema Único de Saúde – SUS, são transferidos recursos volumosos aos governos estaduais e municipais, de fundo a fundo, exatamente para poderem ser utilizados para o atendimento à população, independente da sua renda, enfim, de uma série de questões que são universais para o atendimento à população. Mas, infelizmente, em Porto Alegre, a gestão municipal da saúde vai muito mal, mas muito mal mesmo! Nós estivemos, ontem, enquanto COSMAM – presidida pelo nobre colega, Ver. Carús –, lá na comunidade da Bom Jesus. Estávamos lá o Ver. Carús, o Ver. Freitas e eu, e percebemos claramente que o descaso, em alguns casos, chega a ser de um amadorismo tão grande, que é lamentável. Na Prefeitura da capital, por exemplo, vou falar da empresa Competência Soluções Médicas, empresa que ganhou a licitação para a contratação de médicos para atendimento na rede básica, nos prontos atendimentos e até no HPS em Porto Alegre. Pois esta empresa

ganhou e não assinou o contrato – mas presta serviços –, e, pelo fato de não ter assinado o contrato, a Prefeitura não pagou os salários; portanto, são dezenas de médicos que não vão trabalhar, e os que vão, não recebem. Olhem só o descaso! Isso indigna cidadãos e cidadãs, e principalmente a nós, vereadores, que temos a incumbência de fiscalizar o serviço público, traz uma indignação grande, porque muitas vezes não temos o que dizer à população a não ser que este governo é mais do que incompetente, ele não tem gestão. Em vez de se preocupar com o atendimento da população, ele simplesmente agora traz a terceirização para o conjunto da população, tanto é que fez a chamada pública para terceirizar determinados serviços, como é o caso do pronto atendimento da Vila Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro. Então, em nome da nossa bancada, a gente quer chamar à responsabilidade o gestor público, casualmente hoje é o Prefeito Marchezan quem, infelizmente, não avançou em muitos temas de nossa Cidade, se preocupou ao longo desses dois anos a reforçar o caixa, e este recurso que está no caixa, inclusive houve prestação de contas aqui na Câmara, milhões e milhões em caixa, não percebem que existem centenas de milhares de pessoas pedindo socorro, porque a cidade está abandonada, na saúde, na educação, na segurança, no serviço de manutenção da cidade. Por isso, em nome da nossa bancada, a gente vem fazer um apelo ao governo: ganhou a eleição, tem que governar para todos, tem que governar para a cidade de Porto Alegre. Nós precisamos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, Presidente, eu estava dizendo que nós precisamos de um gestor mais responsável, capaz de olhar a cidade toda, não apenas uma parte – os ricos, os bem aquinhoados. Nós precisamos também um governo para os pobres, para os que mais precisam, porque são esses que precisam de uma mão do estado, de um serviço público capaz de levar dignidade a eles. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, colegas vereadores, tomo o espaço de liderança para falar sobre um tema que vou retomar enquanto eu for

vereador de Porto Alegre, e espero um dia parar de retomá-lo, Ver. Ricardo Gomes. Estamos falando de meio ambiente. Porto Alegre tem um dos maiores crimes permanentes, uma das maiores atrocidades contra o meio ambiente é perpetrada na nossa cidade: é um lixão que está lá na Av. Severo Dullius, há décadas. O Ver. André Carús deve conhecer muito bem, eu estive lá na minha campanha de prefeito em 2012; à época, trancaram meu carro, tive que chamar a polícia porque fiquei praticamente em cárcere privado quando fui visitar o lixão – é verdade, vereadora! Eu entrei para vistoriar o lixão, fazer imagens dele, e os funcionários daquele lixão não queriam deixar meu carro sair, trancaram, não queriam deixar meus carros saírem, tivemos que esconder os *chips* das imagens dentro das roupas, uma violência gigantesca, porque nós estávamos denunciando uma atrocidade. Quem passa pela *freeway*, olha um platô, Ver. Ricardo Gomes, de doze metros de altura, uma montanha belíssima, e não percebe que ela é em forma de um losango perfeito justamente porque tem a altura de um prédio de doze andares. Cerca de 150 milhões de toneladas de lixo estão lá paradas, estão lá contaminando os lençóis freáticos de chorume. Eu tenho essas imagens, vereadores! Desse platô escorre chorume como se fosse um olho d'água, é algo impressionante, inacreditável. Se vocês entrarem no Google, vocês verão que daquele platô de lixo escorre o chorume que vai até o rio Gravataí, e o rio Gravataí tem a sua cor impactada pelo chorume que desce desse lixão, e nada foi feito. Aliás, esta Casa fez, aprovou uma lei – e eu estou sendo irônico – proibindo a queima de lixo em Porto Alegre. Isso impede que a gente tire aquele lixo de lá, porque não existe logística suficiente para tirar 150 milhões de toneladas de lixo. Não há logística financeiramente viável! Mas hoje existem várias tecnologias que autorizam a queima limpa de lixo. O lixão fica na Av. Severo Dullius, na cabeça do aeroporto. Senhores, não se usa mais, nós sabemos disso, não se usa mais depósitos de lixo. Aquilo não é sequer um aterro sanitário, é um depósito de lixo que impacta diretamente o lençol freático, impacta o rio Gravataí. Eu desafio você que está em casa, os colegas vereadores, que entrem no Google e vejam a cor do rio Gravataí sendo impactada pelo rio de chorume que desce desse lixão.

Logo depois, ali no Guaíba, tem a captação da água que nós bebemos. Nós, porto-alegrenses, bebemos xixi e cocô! Bebemos lixo! Ainda que seja lixo tratado! Bebemos chorume! Ainda que seja tratado. Nós precisamos mudar o nosso olhar para o meio ambiente de Porto Alegre, em particular o lugar em que a gente vive, que ambiente não é

só a natureza selvagem. O meio ambiente é o lugar onde a gente vive. É o meio ambiente impactado pela ação humana que tem que ser sustentável. Então, nós temos que olhar para esse lixão. Nós temos que revogar essa lei que proíbe a queima de dejetos em Porto Alegre, porque já existem várias formas de queima que são absolutamente sustentáveis, que não poluem o meio ambiente.

Então, trago à Casa, mais uma vez, esse problema, mais uma vez essa reflexão da gravidade que é Porto Alegre conviver com 150 milhões de toneladas de lixo que diariamente derramam um rio de chorume na água que nós bebemos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. Tessaro, eu acho que, ao falar da Lomba do Pinheiro, desse projeto consorciado que foi aprovado, realmente, hoje, nós vemos que foi um grande erro, um erro da administração passada, porque em vez de ajudar a Lomba do Pinheiro, nós estamos castigando a Lomba do Pinheiro. V. Exa., Ver. Comassetto, que é um grande construtor desta Cidade, certamente já identificou alguns espaços na Lomba do Pinheiro onde se poderiam construir casas para quem precisa morar, e está cada vez mais difícil ou quase impossível de se fazer projetos habitacionais na Lomba do Pinheiro pelas exigências desse projeto do consorciamento. Então, Ver. Tessaro, conte com o meu apoio, acho que de grande parte dos vereadores, para que se ajude a Lomba do Pinheiro não só a recuperar o abastecimento de água, que não existiu nunca, mas a levar progresso para essa região importante da Cidade, que tem muitos vazios que podem ser mais bem aproveitados para a construção de moradias naquela região que tem muita falta. O poder público precisa ter um olhar diferente para uma região importante, como é a Lomba do Pinheiro e a Zona Leste da cidade de Porto Alegre.

Queria me ocupar um pouquinho também do Dia do Meio Ambiente. Todos nós, independente de partido, independente de credo, queremos preservar o meio ambiente, sim, mas não podemos chegar à raia de discutir o meio ambiente ideológico. O meio ambiente é um só. Nós temos alguns pontos de vista bem diferentes de outros. A

tecnologia chegou para ajudar a diminuir os efeitos de projetos que poderiam causar poluição. Essa do carvão, por exemplo, é uma, Ver. Alex. Se fosse na linha do seu discurso, a China já teria desaparecido da face da Terra, a população da Europa teria desaparecido, porque lá se explorou e se explora até hoje o carvão. Só que estou falando de um passado, quando não tinha essa tecnologia, que praticamente limpa o ar, tira os efeitos nocivos do carvão. Acho que esse projeto que está se desenvolvendo na Região Metropolitana de Porto Alegre, sobre essa riqueza que Deus nos deu e que está a céu aberto, esse carvão à flor da terra – e que é a menos perigosa de todas –, é importante para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, para o desenvolvimento da região carbonífera, e posso garantir que não teremos esses problemas todos que foram alardeados. Se fosse nessa linha, sob esse olhar ambiental ideológico, vereadores Cassiá e João Nedel, nós não teríamos a ampliação do Hospital de Clínicas, porque as pessoas não queriam deixar mudar algumas árvores daquele terreno. Se fosse por esse olhar ideológico do meio ambiente, nós não teríamos a orla do Guaíba, que hoje é frequentada por 50 mil pessoas, e assim por diante. Também temos o cais do porto que está parado, em atraso, certamente por esse olhar ideológico que se tem em cima das coisas que podem ser desenvolvidas. Então, menos ideologia e mais cuidado com o meio ambiente. Todos nós estamos comprometidos com o meio ambiente, com as árvores, com a água, com o ar, e nós todos queremos preservar a vida. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Presidente Alvoni Medina, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, na esteira daquilo que se está falando aqui, também vou fazer o meu registro, até porque hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente, a principal data comemorada do meio ambiente pelas Nações Unidas, no sentido de sensibilizar, intensificar e incentivar ações de proteção ao meio ambiente. Eu começo dizendo que, quando nós tratamos da expansão do Hospital de Clínicas, que hoje está praticamente concluída, quem pediu a agilização do projeto aqui na Câmara fui eu, e recebemos, sim, muitas críticas em razão de algumas árvores que lá estavam e que

foram transplantadas. Por outro lado, dizer que o cais do porto está parado por uma questão ideológica, também é um pouco demais, está parado porque a empresa espanhola que assumiu o encargo, não sei, se embrulhou toda e está como está. O olhar do meio ambiente é necessário e indispensável, e concordo com o Ver. Cecchim e o Ver. Wambert que me antecederam. O olhar do minério que temos também é uma questão que merece uma discussão toda especial. A questão do lixo, que falou nosso Ver. Wambert, acredito que é uma coisa quase sem solução, até em razão do manuseio que se dá aqui neste País, em Porto Alegre, de forma bastante atrapalhada, diria eu, e se nós analisarmos, Porto Alegre foi a primeira capital brasileira que teve o processo de separação do lixo orgânico e do resíduo reciclável, que ainda merece uma atenção especial. O mote do meio ambiente, hoje, pelas Nações Unidas, é a poluição do ar, até porque outras poluições mais ou menos permanecem próximas de onde acontecem, mas a questão do ar pode até ultrapassar continentes, portanto, merece essa atenção. Essa poluição que acontece nos dias de hoje começa nas nossas casas. E eu não canso de repetir: é muito difícil ter pessoas, famílias que reciclem resíduos. O transporte, hoje, é responsável por 12% da poluição do ar, principalmente pela queima do nosso diesel. O setor agrícola também polui bastante, a começar pela queima de restos e pela pecuária. Nós temos também acumulação de lixos em aterros, como fatores que provocam poluição. Portanto, a data de hoje, o Dia do Meio Ambiente, merece uma atenção toda especial.

Só para concluir, eu me lembro que, na década de 1970, 1980, quando se falava em preservação do meio ambiente, éramos considerados fora do contexto. Eu me lembro que pessoas como Lutzenberger, um grande lutador, pioneiro nisso, recebiam críticas de todos os lados. Aquele abraço a todos e obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Reginaldo Pujol (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Encerrado o período de discussão de Pauta.
(15h04min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, após a discussão e votação do PLL nº 209/15, imediatamente passar à discussão e votação do PLE nº 013/18. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE ALVONI MEDIDNA (PRB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.
Em discussão o PLL nº 209/15. (Pausa.)

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, eu vejo que o Ver. Clàudio Janta ainda não se encontra no plenário. Como o projeto é de sua autoria, acho, por bem, solicitar o adiamento da discussão do PLL nº 209/15 por uma sessão.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.
Em discussão o PLL nº 142/17. (Pausa.)

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 142/17 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.
Em discussão o PLE nº 013/18. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vejam só, nós vamos discutir, quiçá votar, um projeto do Executivo, um projeto de lei ordinária que revoga uma lei complementar. Agora tem essa festa por causa de uma decisão do STF, se a questão material não comportar uma lei complementar, então podemos fazer isso ou aquilo. Na minha opinião, mereceria uma análise quando a gente mexe numa codificação que trata de áreas verdes de um lado, de ruas, de praças, de procedimentos onde entra a questão de adoção, que é um contrato entre partes. Eu ainda acho, pelos parcos conhecimentos jurídicos que tenho, que deveria ser uma lei complementar.
Mas vamos deixar isso de lado e vamos entrar nos fatos propriamente ditos. Primeiro, tem um mimimi aqui de novo. O Executivo, na sua justificativa, fala em grave crise econômica. Vou repetir, não sou eu que falo; o Executivo fala em grave crise econômica, mas, na semana passada, anunciou o gasto de mais de R$ 9 milhões em publicidade. Vou repetir: o governo manda um projeto, chora as pitangas, diz que estamos em uma grave crise econômica, mas vai gastar quase R$ 10 milhões em publicidade – é o verdadeiro tapa-boca, cala-te, pensa bem o que vais falar no próximo período, porque a gente também tem a lista de quem vai receber e o quanto vai receber. O servilismo está claramente vinculado aos valores; no caso, os valores monetários. Mas, em se tratando deste governo, nós sabemos que, além dos valores monetários, há os valores morais em jogo. Ou melhor: valores morais, não; valor moral é muito pessoal, valor ético, que trata de boa-fé objetiva, que trata de comportamentos de igualdade entre as partes, entre os cidadãos, entre o governo e o cidadão. A questão é autorizar a adoção de equipamentos públicos e de verdes complementares por pessoas físicas e jurídicas com a revogação da lei anterior, que não é velha, é de 2009 – 2009! Eu diria que se houvesse seriedade, busca

efetiva de a cidadania participar, de escutar a população, talvez pudéssemos votar sem medo de errar. Não é o caso! Eu sou daqueles que fazem uma distinção das partes e do todo. Ontem tivemos uma reunião pesadíssima da CCJ, com todos os vereadores presentes – vou nominar: Bins Ely, Pujol, que tinha saído no momento mas participou. Nos encaminhamentos estavam também os vereadores Janta, Ricardo Gomes como Presidente, e eu. Podem olhar o vídeo e as falas dos vereadores no que diz respeito ao Paço Municipal com este Legislativo e com os vereadores. Aqui quero fazer uma menção especialíssima ao presidente da CCJ que está aqui no Plenário me escutando, Ricardo Gomes. Eu quero dizer que a postura do Ricardo Gomes na CCJ tem que ser uma postura assim: de presidente, de condução de um processo, de escutar as pessoas, de ver o contraditório – foi o que o presidente fez –, e, na semana que vem, vai colocar em votação, com o quórum de todos os colegas vereadores, as proposições surgidas no ambiente da CCJ, assim que se faz política com letra maiúscula, assim que se discutem as coisas no Parlamento. Eu sou favorável à adoção, sempre defendi a adoção de praças, eu fui daqueles que também defendeu: "Pode botar aqui o viaduto; pode botar aqui a passarela da rodoviária; pode colocar aqui uma rua, desde que não coloque uma cancela, como tentaram colocar no Morro São Caetano".

Agora, esse projeto é péssimo, horrível, malfeito, mal escrito, nunca passa pela PGM, esse é problema, é um desrespeito com um órgão da Prefeitura. É feito tudo no gabinete, à moda miguelão, por isso a gente se indigna, por isso a gente briga, por isso a gente vocifera em alguns momentos. Desculpe-me, mas é preciso, em algumas vezes, gritar neste microfone para ver se a gente é, pelo menos, ouvido, porque escutado eu sei que não é, mas nós faremos com que as nossas posições circulem nos quatro cantos da cidade de Porto Alegre, pelos 72 quilômetros da orla, pelas 700 praças, parques e áreas verdes e por todas as ruas, com nomes ou sem nomes, Ver. Nedel. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 013/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, estamos discutindo agora o PLE nº 013/18, proposto pelo Executivo, que é um projeto que autoriza

a adoção de equipamentos públicos e de verdes complementares por pessoas físicas e jurídicas – assim é como foi apresentado este projeto nesta Casa Legislativa. Cabe destacar que o Município de Porto Alegre tem lei para a adoção de espaços públicos: praças, parques. Os próprios canteiros da nossa cidade, alguns deles, são adotados por empresas, hospitais, supermercados. Portanto, já há a possibilidade legal de isso acontecer. O que nós temos aqui é uma grande novidade, que eu vejo com muito receio, que é inserir a possibilidade de pessoas físicas fazerem a adoção e colocarem o seu nome nesses espaços públicos. Explico por que a minha grande preocupação. Vá que, lá pelas tantas, em 2020, um candidato à vereança ou à Prefeitura decida investir um grande montante de recursos – o projeto é completamente vazio de volume de dinheiro, de recursos que poderiam ser aplicados nessas obras, nas revitalizações dos equipamentos –, e vamos supor que a Prefeitura considere um grande recurso aplicado numa praça que fica na frente de um colégio eleitoral, Ver. Hamilton, que me assiste atentamente. Esse futuro candidato à Câmara de Vereadores ou à Prefeitura de Porto Alegre, tendo a anuência do poder público, poderá colocar uma grande placa com o seu nome – vamos supor que fosse o meu: Prof. Alex Fraga – na frente de um colégio eleitoral; não é correto, fere a legislação eleitoral vigente no nosso País. O escopo do projeto de lei traz também um detalhe: que esse processo pode ser perpétuo. Ou seja, um investimento, por mais significativo que seja, não pode determinar a perpetuação da imposição do nome de uma empresa ou até mesmo de uma pessoa física em um equipamento público em um local da nossa Cidade. Que seja feito enquanto houver a manutenção do próprio! Enquanto o equipamento público estiver disponível e em boas condições para a população, que se mantenha a homenagem, que se mantenha a placa para a empresa, para a associação comunitária.

Deixo aqui a minha ressalva com relação à pessoa física. Nós não podemos permitir que isso vingue nesta Casa Legislativa. Abrimos um precedente muito perigoso, portanto deixo aqui o meu alerta. Não vejo com maus olhos o projeto, já que nós temos lei que regra a adoção de praças, a adoção de parques. Isso não é uma coisa de outro mundo. Agora, a instituição de homenagem, de uma placa com o nome do adotante, sendo esse pessoa física, isso pode tangenciar a imoralidade, principalmente no que se refere a pessoas que são figuras e que não são falecidas, e nós temos a prática nesta Casa Legislativa, e o Ver. João Carlos Nedel é o campeão entre nós de nomear ruas, praças,

rotas, acessos, com o nome de pessoas falecidas. É uma forma de homenagear. Agora, vejo com muita ressalva abrir esse tipo de precedente para pessoas vivas que possam ter pretensões eleitorais. Isso desequilibra a correlação de forças num pleito. E, se nós querermos ter futuramente eleições justas, dignas, com eleições de dignos representantes do povo de Porto Alegre, nós não podemos anuir com esse tipo de prática.

Portanto, a minha ressalva, a minha crítica pesada com relação a esse tipo de projeto é em relação a esses dois aspectos. Primeiro, pessoas físicas não podem ter seus nomes em próprios municipais sendo que elas podem – podem, não estou dizendo que farão – se candidatar a pleitos, e isso tornaria o pleito extremamente injusto. Segundo, a perpetuação desta homenagem. O Ver. João Bosco Vaz diz que o Tribunal Eleitoral não permitiria, mas nós teremos quatro anos uma homenagem a uma pessoa? Por isso digo que apoio a iniciativa desde que sejam feitas algumas alterações, porque o projeto na sua essência e como veio do Executivo tem graves problemas. Eu citei aqui dois, acredito que, durante a discussão, outros ainda virão à tona. Repito, a minha critica pesada é: pessoa física não dá para aceitar. E o segundo: a perpetuação. Enquanto estiverem sendo feitas as manutenções e o equipamento estiver em plenas condições de uso para a população, numa boa, não vejo problema algum; agora, perpetuar sem a manutenção não dá. Daqui a pouco está um troço cheio de mato; com os equipamentos, a pracinha, por exemplo, caindo aos pedaços, mas a homenagem ainda de pé, com letras bonitas, bem pintadas, e isso seria extremamente injusto. Portanto, ficam aqui essas pequenas colocações, para tentar, digamos, aquecer o início dos nossos trabalhos nesta tarde. Uma boa tarde a todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 013/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nossos telespectadores e ouvintes, estou aqui para dizer que vamos votar favoravelmente ao projeto, até porque concordamos com o seu conteúdo. Algum reparo é preciso fazer. Nós temos adoções em Porto Alegre que vêm de décadas, que a lei já autoriza a adoção, Ver. Paulo Brum. E, na maioria dos casos, desses quase 30 anos ou

mais que acompanho o assunto, toda vez que se faz a adoção, é uma festa. Florzinhas nos canteiros, embelezamento por todos os lados, varrição da rua, fica uma beleza nos primeiros dias ou meses da adoção. Depois se abandona aquilo, e isso não pode acontecer. Para mim, adoção é para cuidar com zelo aquilo que se está adotando. Esse é o primeiro caso.

E, no segundo caso, o Ver. Prof. Alex tem razão. Acho que é preciso uma emenda, porque eu vejo como positiva a participação e adoção por parte de pessoas físicas também desde que essas pessoas físicas que adotam, pelo menos, na próxima campanha eleitoral, não possam se candidatar. Até concordo com o Ver. João Bosco Vaz, que diz que a Justiça estaria atenta, mas acho, Ver. Prof. Alex Fraga, que V. Exa. apresenta uma emenda que tem meu total apoio. Não podemos permitir que pessoas façam dessa adoção um palanque eleitoral, e, como o amigo mesmo falou, daqui a pouco adota uma praça, uma rua na frente de um colégio, de uma região de urna eleitoral, algo assim, é claro que ele teria vantagem sobre os demais. Portanto, eu voto favorável e, se vier uma emenda nesse sentido, também voto favorável. Obrigado. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLE nº 013/18.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente dos trabalhos, colegas vereadores e colegas vereadoras, este tema da adoção de parques, praças, equipamentos públicos, via de regra, produz mais convergências aqui na Casa do que divergências. Mas, talvez, pela proximidade do ano eleitoral ou por alguns posicionamentos que nem sempre são em favor da cidade, são casuísmos que, em algumas situações, se estabelecem, impedem que se construam algumas convergências. Eu respeito em parte as colocações trazidas aqui pelo colega Ver. Prof. Alex Fraga, acho que há que se ter esse cuidado, que pode ser corrigido por uma emenda ainda de plenário ou na regulamentação posterior, em caso de aprovação do projeto. Fica aqui a sugestão, Ver. Airto Ferronato, que também encaminhou nessa direção. Obviamente, a lei eleitoral também vai se ocupar de alguns casos específicos como esse, como tem sido, de dois em dois anos, nos pleitos que ocorrem, tanto nos municipais como nos gerais.

Acho que nós temos um aspecto muito positivo nesse projeto que tem que ser observado: quem é que sabe o que são os verdes complementares na cidade? São áreas que não são nem praça, nem canteiro, não são nada. São áreas que até hoje não foram urbanizadas. São áreas para as quais até hoje não se destinou nenhum recurso público, tampouco privado, para que fossem urbanizadas. Então, ser contra a possibilidade de adotarmos verdes complementares, desculpem-me, é favorecer o mau uso, a má frequência e a invasão desses locais.

Um segundo ponto que acho muito importante é a regulamentação para o procedimento do termo de adoção. Hoje o termo de adoção, muito embora exista uma lei de muitos anos já na cidade, é concedido a título precário pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, e, num universo de 650 praças que temos, sem contabilizar os verdes complementares, nós só temos setenta e poucas praças adotadas. É muito pouco, é pouco mais de dez por cento do total! Então, a meu ver, sendo que o cobertor do orçamento público é curto, o projeto incentiva que tenhamos mais adotantes, sejam eles pessoas jurídicas ou pessoas físicas. E vou dar um exemplo aqui, vizinho da nossa Câmara Municipal, que é a Praça Júlio Mesquita, talvez uma das praças mais frequentadas de Porto Alegre: o comerciante dali, nosso amigo em comum, Ver. Cassio, Sr. Valdo Dias, quer adotar como pessoa física a praça. Ele não é o adotante formal, mas é ele quem mantém aquela praça cuidada: se quebra lá uma pedra, danifica um equipamento, ele é o primeiro a tomar providências, se o poder público não vai arrumar, ele acaba sendo o responsável pela manutenção.

Então, acho que temos que trabalhar na perspectiva de que esse projeto de lei evolui frente à lei de adoções que temos. Ou a gente quer conviver ainda com os equipamentos públicos, por exemplo, os viadutos... Poucos são os viadutos em que temos condições de circular com alguma segurança. Faço aqui uma ressalva ao Viaduto Obirici, fruto de uma política do governo anterior de ocupação com comércio e mobiliário urbano, e o Viaduto São Jorge da mesma forma. Experimentem ir a outros, olhem como está o Viaduto Mendes Ribeiro, lá na Av. Protásio Alves; olhem como estão os outros: estão uma esculhambação. Se tivermos adotantes, parceiros para dividir responsabilidades com o poder público, nós vamos ter condições de mantê-los em melhores condições, porque o fim deste processo todo é o bem-estar da população, é ela que utiliza este espaço público, e, se não estamos aqui a legislar para a promoção deste bem-estar e deste bem

comum, nós não estamos aqui para nada, nós estamos aqui simplesmente para fazer os debates estéreis que são só obstáculos permanentes para que a cidade avance.

Quero aqui deixar, antecipadamente, meu voto favorável a essa proposta. Obviamente nenhum projeto de lei é uma verdade absoluta, e nós, como legisladores, também temos a responsabilidade de, posteriormente, acompanhar e fiscalizar essa regulamentação, até porque onde existe uma adoção bem sucedida – e vários são os exemplos –, nós temos boa frequência de pessoas; onde a adoção não é bem sucedida, tem mato alto, tem falta de conservação, tem falta de cuidado. Pois esse projeto incentiva, e, se não há como o poder público, de uma hora para outra, urbanizar, porque faltam recursos para todos os verdes complementares, então permitam que a sociedade civil organizada e o setor privado sejam parceiros reais do poder público nessa missão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 013/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Ver. Alvoni Medina; senhoras e senhores, queria endereçar dois pontos, basicamente, dessa discussão. O primeiro é o da preocupação com a lei eleitoral e com o anúncio de pessoa física. Não vejo qualquer problema, em primeiro lugar, porque quem interpretará se houve intenção de propaganda política antecipada ou não é o Tribunal Eleitoral, na sua competência; se assim houver elementos que demonstrem, o Tribunal Eleitoral que resolva. Esse projeto, se passar e virar lei, não vira uma lei num vácuo jurídico, é uma lei dentro do ordenamento jurídico brasileiro, junto com o Código Eleitoral, com o Código Civil, com toda a normativa que já existe na Nação. Então, não há perigo aqui, não estamos criando uma hipótese específica de propaganda eleitoral, não estamos criando uma alternativa que contrarie a legislação eleitoral, que, aliás, é federal; estamos apenas dizendo que é possível a adoção por indivíduos, como bem referiu o Ver. André Carús.

O segundo aspecto é a questão de ser uma lei ordinária que revoga ou altera uma lei complementar. Já discutimos isso nesta tribuna. O Supremo Tribunal Federal diz o seguinte: existem as matérias que requerem lei complementar. São aquelas que a Constituição diz que requerem lei complementar. Estas matérias só podem ser alteradas

com nova lei complementar. Existem as matérias que não estão nesse rol, mas que a Câmara, no passado, decidiu estabelecer através de uma lei complementar, digamos, imprópria, numa matéria não reservada pela Constituição para leis complementares. Nesse caso é uma opção política que as casas legislativas do País fizeram, de escolher a forma de lei complementar para uma matéria de lei ordinária. O que diz o Supremo? O que interessa é a matéria e não a forma. Se a matéria é de lei ordinária, não interessa que a forma seja de lei complementar; ela pode ser alterada por nova lei ordinária. E é esse o caso. Nós estamos tratando aqui de alterar uma lei complementar que tem forma de lei complementar, mas que a matéria não está entre aquelas que a Constituição disse que são reservadas para esse tipo legislativo.

Então, não há problema alguma que uma lei ordinária, neste caso, pela matéria que ela trata, que é uma lei ordinária revogue ou altere dispositivo de uma lei complementar, porque o que interessa é a matéria que nós estamos tratando, e a matéria aqui não está reservada pela Constituição para leis complementares. Então, não há problema algum, isso foi objeto de análise na CCJ, não foi encontrado óbice, o parecer é do Ver. Mendes Ribeiro, muito bem elaborado. Então, nesse sentido, não há qualquer primeiro risco de estabelecer-se uma burla à legislação eleitoral, porque o Tribunal Regional Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral, o Ministério Público Eleitoral vão fazer o seu papel, e, se esse for o caso, a punição ocorrerá. E não há nenhum risco aqui de uma ilegalidade ou inconstitucionalidade por se tratar de uma lei ordinária mudando lei complementar. Apenas para esclarecer, obviamente, nós vamos apoiar o projeto e votar a favor porque é uma alternativa sem gasto público e, melhor ainda, sem a gestão do poder público, que é melhor do que economizar, é evitar a incapacidade administrativa do poder público para manutenção desses verdes complementares. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 013/18.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. Ferronato, queria fazer uma proposição a V. Exa.: eu, o senhor e o Ver. Janta somos todos lá do Jardim Sabará, adotamos a Alberto Pasqualini, os canteiros da

Av. Alberto Pasqualini com os três nomes. Agora, tem um problema, e o senhor disse muito bem aqui, no primeiro mês, o canteiro vai estar bonitinho, cortado, com grama, com flores, uma maravilha. Passa-se um tempo, e é o que está acontecendo em Porto Alegre por não ter uma legislação firme, tem a placa somente; em todas as ruas ou em quase todas as rótulas adotadas, a gente passa, nem grama tem mais, só tem a placa da empresa que adotou. Eu, no lugar dessa empresa, retiraria essa placa, está pegando mal, é a antipolítica, é a antipublicidade. Então, para tranquilizar o Ver. Alex, se algum político adotar uma praça e cuidá-la devidamente, ele merece até os votos, agora, se ele não cuidar, vai perder tudo igual ao que essas empresas estão fazendo agora. Empresa que adotou e está deixando malcuidado, a população passa e diz que a empresa não é séria, se comprometeu de manter o canteiro, de manter a praça, o logradouro, a rótula, de manter bem organizado, e não mantém, estão atiradas, a grande maioria dos adotantes não está cuidado dos adotados. Isso pega mal.

Eu acho que está faltando uma legislação mais dura. Nós vamos aprovar esse projeto, sem dúvida nenhuma, até porque se fala em preservação das locações e finalidades públicas dos equipamentos. Nós não vamos fazer uma praça que tem uma vocação, vou dar um exemplo, nós somos mais velhinhos, Ver. Janta, V. Exa. é muito jovem ainda, mas eu e o Ferronato somos da turma da bocha. Muitas praças que têm na cancha de bocha o significado principal para as pessoas da terceira idade, ainda mais se tiverem três ou quatro gringos juntos lá, estão jogando bocha no fim da tarde. Nós não podemos acabar com isso; quem adotar as praças tem que saber preservar as tradições, os costumes que tem naquela praça.

Nós temos uma igreja lá no Jardim Sabará, chamada Igreja Cristo Rei, uma capela da Nossa Senhora do Trabalho. O pessoal dessa igreja já demonstrou interesse em adotar a praça que está ao lado da igreja, e tenho certeza de que aquela comunidade vai cuidar melhor a praça que a Prefeitura – tenho certeza! Além de não mais precisar de recursos da Prefeitura, a praça será muito melhor cuidada. Acho que temos que ter critérios, até de vizinhança, para quem adotar os equipamentos, principalmente as áreas verdes, para que as pessoas – físicas ou jurídicas – tenham responsabilidade. Há muitas pessoas físicas que querem contribuir, só querem um pequeno reconhecimento. Qual é o reconhecimento que as pessoas querem? Que a população saiba que elas estão ajudando a comunidade, ajudando a cuidar uma praça, ajudando a cuidar um monumento, ajudando a cuidar os

equipamentos da cidade. Equipamentos públicos para que permaneçam públicos, mas com a ajuda de alguma pessoa física ou jurídica. E tenho certeza de que a pessoa, física ou jurídica, que responsavelmente adotar algum equipamento, manterá bem cuidado, e quem não cuidar denunciaremos, para que a cidade toda saiba que aquela empresa não cuida daquilo que adotou, como temos muitos exemplos pela cidade. É só andarmos de carro que já vamos ver em ruas importantes: "Empresa Tal adotou esta área". Há exemplos maravilhosos – e falo o nome – como a Melnick Even, que adotou a antiga praça da Encol e a está cuidando, mudando o seu calçamento, fazendo melhorias nas suas canchas de esportes. A população aumentou nos fins de semana naquele local e aumenta cada vez mais, porque ela é bem cuidada por uma empresa. A empresa não precisaria colocar essa placa, que está lá, assim como as empresas que estão no Parcão; elas têm, nos seus tapumes, muitas propagandas para mostrar o seu nome, mas isso é conceito da empresa – se cuida bem da praça, ela cuida bem do seu cliente.

Então, sou totalmente a favor deste projeto, e que se denuncie àquelas empresas que adotam e não cuidam do espaço que adotaram, apenas colocam uma placa. A partir de agora que nós todos denunciemos a própria placa, com fotografias, para mostrar: "Esta empresa não é responsável!" Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.ª Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 09, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, ao PLE nº 013/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 09 ao PLE nº 013/18.

Apregoo a Emenda nº 10, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLE nº 013/18.

O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para discutir o PLE nº 013/18.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste, venho a esta tribuna para discutir essa importante matéria deste projeto que estamos ora votando. O Ver. Cecchim tem muita razão no que diz sobre a adoção, que pode ser feita por pessoas físicas, no período eleitoral, ou por

pessoas jurídicas. Mas eu venho aqui também dizer que eu fui crítico das adoções daqueles canteiros que a gente tinha e tem ali na Av. Nilo Peçanha, onde as pessoas colocam uma plaquinha, mas não fazem a manutenção e as folhagens acabam morrendo. Essa é a minha preocupação, tem que ter uma fiscalização.

Mas, lendo aqui, eu vejo que também tem a possibilidade de doação de recursos e fundo público para isso. Pensando nisso, eu vejo que, no centro da cidade ou em avenidas principais desta cidade, nós temos os prédios públicos, onde nós temos as fachadas – que está contemplado nesta lei – para utilizar como matéria publicitária e assim reverter em manutenção daqueles prédios ou manutenção de outros prédios, em contrapartidas, à parte. Mas não está nesta lei, e o Ver. Airto Ferronato colocou a empena cega. O que é empena cega? Todo mundo se confunde com fachada, mas as laterais, como nós temos aqui no nosso Centro Administrativo, são empenas cegas. Quem não passou, nos últimos 20 dias, pela Av. Carlos Gomes, próximo ao número 950? Ali virá uma Time Square à noite. Os vizinhos do prédio ao lado não conseguem mais dormir, porque ali se colocaram os painéis luminosos como tem lá na Time Square ou lá em Londres, na praça central, onde as pessoas não conseguem dormir; mas está sendo utilizado aquele prédio revertendo grandes recursos, com toda certeza, para a administração do condomínio, inclusive com propaganda do próprio Município naquele local: da Brigada Militar, do Município de Porto Alegre, enfim...

Então, por que não nós não utilizarmos as empenas cegas de todos os prédios, prédios públicos que nós temos aqui na Júlio de Castilhos, na Azenha, e nós deveremos ter na zona da Protásio Alves? Utilizam-se as laterais das empenas cegas, porque a fachada se torna muito pequena, porque tem as aberturas, fica um pouco complicado. E ali se faz publicidade, onde podemos, sim, ter uma contrapartida financeira, com recursos para esse fundo, para destinação e manutenção dos prédios públicos que, no nosso centro da cidade, são um caos. Uma vez eu propus, em 2009, que se fizesse uma campanha de desconto no IPTU para quem pintasse os prédios no centro da cidade – isso eu ainda defendo –, e quem sabe recursos aqui. Por que não revitalizar Porto Alegre? Nós temos uma cidade muito antiga, prédios muito feios no centro, falta de manutenção, falta de pintura, e nós podemos fazer cada vez melhor. O Ver. Carús falou que tem espaços verdes na cidade que sequer as pessoas sabem que existem, estão abandonados! Nós temos rótulas, em Porto Alegre, que são um matagal. Temos rótulas, em Porto Alegre,

que são o local de residência para famílias, para pessoas em situação de risco. Nós temos que começar a cuidar de tudo isso, porque, se nós deixarmos um espaço vazio, ele não vai ficar vazio por muito tempo, vai ser ocupado; depois de ocupado, para retirar essas pessoas teremos que arrumar um local para elas. Então está na hora de a gente fazer com que haja uma conservação do patrimônio público nesta cidade.

Esse PL vem em boa hora, acho que tem que ser ampliado, principalmente com a possibilidade de garantir que o recurso público ali depositado seja, única e exclusivamente, para esta finalidade: a revitalização dos prédios públicos. Quem sabe, depois, não se faz uma grande campanha, já que nós tivemos o aumento do valor do IPTU, de redução de um percentual de cada um para a pintura, para revitalização de todos os nossos prédios do centro da cidade. Eu acho que vem em boa hora esse projeto, e a nossa bancada do DEM é favorável a ele.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 013/18.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Colegas vereadoras e vereadores; prezada Presidenta, eu peço licença para falar aqui, antes de entrar na minha fala a respeito do projeto, de uma matéria que acaba de ser divulgada e creio que honra todos nós aqui da Casa. A nossa TVCâmara acabou de receber um prêmio internacional por uma matéria investigativa sobre o tema da Aids. Então, isso nos orgulha, a nossa TVCâmara acaba de ser premiada internacionalmente por um trabalho feito aqui por nós. Então, quero registrar, em nome dos 36 vereadores, o nosso agradecimento à TVCâmara, que nos ouve e nos vê lá do seu estúdio.

Dito isso, entro no assunto do projeto aqui. Bem nós temos que partir aqui de um conjunto de realidades históricas. O projeto de adoção iniciou na gestão da Administração Popular, depois foi reformulado na administração do prefeito Fogaça e persiste até hoje. Agora apresentaram uma reestruturação que merece aqui a nossa análise. Eu creio que todos nós temos um entendimento positivo sobre o tema da adoção, mas temos que calibrar essas adoções para que elas se enquadrem dentro do potencial do Município. E temos algumas preocupações aqui, inclusive perguntava ao Ver. Carús, que tem um projeto

semelhante tramitando na Casa, e ele me dizia que essa lei, sendo aprovada, caducaria o seu projeto.

E quero fazer referência aqui a dois ou três temas. O primeiro deles é que apresenta aqui para que esta homenagem, quando for feita uma revitalização substancial, possa ter ali a referência perpétua. Bem, primeiro, meus colegas vereadores, conversava com o Ver. Ricardo Gomes, que passou também pela CCJ sob essa análise da discussão da constitucionalidade, nós podemos votar uma lei que tem um termo que seja subjetivo, eu pergunto: o que é um investimento substancial? Então, eu creio que nós poderíamos aqui, acordadamente, calibrar o que é esse substancial. Porque o que é substancial para um, pode não ser substancial para outro.

Bom, e aí tem um segundo problema. Na vida, nas elaborações físicas, nada é perpétuo, tudo se renova. Começou lá, quando Lavoisier nos disse, Ver. Prof. Alex Fraga, da biologia: “Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Bom, alguém que adota uma praça e diz que fez algo relevante ou substancial adquire o direito de colocar uma inscrição, um monumento perpétuo. Eu pergunto: será que não é demais? Será que isso não está remetendo para que fique algo desproporcional e que até iniba. Quando esse perpétuo deixar de existir, será que alguém vai querer adotar aquela praça que já foi adotada por um perpétuo. Sra. Presidente, se vai ter uma inscrição ou uma homenagem perpétua, será que seus herdeiros ficam na obrigação de dar continuidade à manutenção dessa praça? E assim por diante.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): E aqui eu trago um exemplo de uma praça que na sua beira é um depósito de lixo. E aí o Prefeito Municipal tem, recorrentemente, mandado os projetos falando em nome da economia, de que não tem dinheiro, de que não tem dinheiro, de que não tem dinheiro. E quero dizer aqui, Ver. André Carús, V. Exa. que foi presidente do DMLU, que esses são os famosos focos de lixo, e é gasto muito dinheiro nessa indústria do lixo. A Prefeitura vai lá, retira, colocam de novo; retira, colocam de novo, e quanto que é gasto nisso, Ver.ª Mônica Leal, nós não sabemos.

Então, nós gostaríamos que essa justificativa fosse tirada, até porque o secretário Busatto, há poucos dias, foi à imprensa e disse: “Nós temos 526 milhões de superávit no

caixa da Prefeitura". Então não é verdadeiro que a Prefeitura não tem dinheiro para fazer os seus serviços públicos e as suas obrigações, entre elas montar uma estrutura que fiscalize que joguem lixo em lixões a céu aberto por toda a Cidade. Nós temos mais de 300 focos de lixo hoje na Cidade que viraram um caos a cidade de Porto Alegre. Em principio, a esse projeto, nós queremos apresentar essas emendas para que possamos acompanhar aqui a sua aprovação. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLE nº 013/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente Mônica, saúdo os colegas vereadores e o público que nos assiste. Acho que este é um projeto extremamente relevante, gosto muito dele, acho que é um tema complementar ao que a gente já vem debatendo e legislando em Porto Alegre, trazer a iniciativa privada e a sociedade civil, engajá-las no tema dos cuidados com a cidade, nos temas da zeladoria, isso é muito positivo. Então, nós temos, com este projeto, uma possibilidade de desoneração de custos públicos, melhoria dos equipamentos e espaços de convívio da nossa cidade, com regras estipuladas, claras, que determinem como deve ser feito ou até onde são os limites de atuação e intervenção feito por esses doadores.
Uma das coisas que gostei muito neste projeto é a doação sem caráter continuado, prevista nos artigos 12, 13 e 14; trago aqui dois exemplos do porquê que eu acho isso interessante: recentemente estive com alguns amigos conversando sobre o projeto de um deles que está fazendo um concurso, junto com arquitetos, para desenvolver projetos de arquitetura, de revitalização de ruas, mais especificamente para uma rua da nossa cidade. Nessa rua seriam revitalizados a própria rua, calçamento, mobiliário urbano, para que possa ser feita uma intervenção criativa nesse espaço público. Isso entraria, de certa forma, nessa doação sem caráter continuado, uma vez que, por meio de concurso de melhor projeto, o projeto selecionado teria doações privadas para fazer a execução dessa intervenção urbana, o que obviamente acarretaria não só a melhoria do espaço público de utilização de todos como também, seguindo as regras e determinações da nossa própria cidade – aí a EPTC teria que trabalhar junto, bem como as demais Secretarias – a

garantia de que tudo aquilo que deve ser posto em prática assim o seja, como devem ser organizadas as calçadas, como deve ser feita a via, enfim, mas que abriria uma grande possibilidade de termos uma rua criativa em Porto Alegre, um potencial turístico, inclusive, uma coisa disruptiva na nossa cidade.

Esse tipo de iniciativa, bem como um dos projetos que está tramitando na Casa, de autoria do suplente de vereador do NOVO, Fabrício Lunardi, adote uma ciclovia, é um bom exemplo. O Ver. Fabrício, naquela ocasião, pensou que seria muito interessante, por exemplo, na ciclovia da Ipiranga, haver pontos onde uma empresa de esportes, talvez de materiais esportivos, pudesse adotar, revitalizar toda a ciclovia, colocando iluminação noturna, um novo piso, enfim, e pontos de descanso, de manutenção de bicicletas, inclusive abrindo a possibilidade de que estabelecimentos comerciais se instalassem ao longo da ciclovia com pequenos quiosques de venda de comida, água, peças, enfim, materiais diversos que poderiam ter interesse por parte dos ciclistas.

Então, esses são alguns exemplos de quando você traz a cidadania e permite que ela se engaje na vida pública. Eu acho isso extremamente positivo e, por isso, saúdo este projeto encaminhando pelo governo e trabalhado pela Secretaria de Parcerias Estratégicas, que eu acho que é um projeto que abre muitas portas para que a nossa cidade não dependa de seus recursos próprios, não dependa da iniciativa dos seus servidores ou mesmo de nós, vereadores, ou dos secretários, para que ela possa ter melhorias, mas, sim, de todo o cidadão de Porto Alegre se sinta partícipe das melhorias da cidade, um agente de fiscalização e principalmente um contribuidor de que a nossa cidade seja mais voltada para as pessoas, para os seus cidadãos e que interaja muito mais entre eles. E é por isso que eu acho descabidas as emendas que proíbem despersonalizar todos os indivíduos ou empresas que interajam com os equipamentos públicos e espaços de modo a beneficiá-los, doando recursos, enfim, equipamentos a eles. Muito obrigado, Ver.ª Mônica e todos os que me ouviram.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 013/18.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas. Que bom que o Ver. Bosco irá falar depois de mim, porque eu sigo um pouco a sua linha: o governo Marchezan quer mexer em tudo, parecendo que Porto Alegre não existia antes, começou a existir há 2 anos, 3 anos. Então, mexe no que está funcionando. Nesse ponto específico, é bom lembrar que, há um mês, esta Câmara infelizmente aprovou a chamada concessão das praças e parques da cidade. Inúmeras vezes nós subimos aqui e lembramos que existe uma lei que é a Lei da Adoção, que neste projeto que estamos discutindo nesta tarde revoga. O último artigo desse projeto trata de revogar a Lei de Adoção das Praças e Parques. E não é só das praças e parques, é também dos canteiros e dos verdes complementares, como trata o projeto aqui.

Então, Ver. Ferronato, seria muito útil para a cidade que, neste momento, avaliássemos essa lei que está em vigor, olhássemos por que não está dando certo – se é que não está –, se tem que mudar alguma coisa nela, que se mude. Talvez seja um caso de fiscalização, alguns vereadores subiram aqui e disseram que está lá a placa do adotante, mas o mato está alto, não está cuidado. Bom, então, esta é a questão, não uma nova lei, que aí passará para a sociedade, se aprovada. Passou a lei, agora o prefeito vai resolver o problema do abandono das praças e parques e dos verdes complementares. Então, vejam, ao invés de olharmos o que está em andamento, que já tem lei no caso, olhar o que não está dando certo, porque efetivamente alguma coisa pode não dar certo. Eu lembro aqui, não tenho dados na mão, mas em torno de 60 praças e parques já têm adotantes, bem como espaços verdes da cidade. A pergunta é: por que não tem mais adotantes? Será que a lei vai abrir para outros adotantes? Essa é a característica da lei? É isso que ela vai permitir? Então, significa que alguma coisa estava travando uma ampliação dos adotantes.

Só que esse debate todo que seria muito útil para entenderemos e avaliarmos onde estão os problemas para conseguirmos ter uma cidade ainda com mais parcerias, isso é bom lembrar, é bom que a sociedade faça parcerias, que o governo faça parcerias com a sociedade civil, não importa se é uma empresa, se é uma associação de moradores, isso tudo já está previsto na lei.

Então, efetivamente, o que nós percebemos, além dos temas que foram levantados aqui, colocar ali a marca de forma perpétua, investimentos substanciais de novo, como na Lei da Concessão de Praças e Parques, da privatização, são termos vagos e um cheque em

branco para o Executivo. Vejam que o Conselho Municipal do Meio Ambiente, que, na legislação da adoção das praças e parques precisa ser ouvido, aqui dispensa, ele é meramente comunicado depois que já está tudo feito, depois que já está tudo assinado. Então, realmente, ele traz retrocessos, é um projeto de lei que traz retrocessos. E naquilo que poderia ser para avançar não está dito.

Então, eu acho que nós não precisamos ter uma memória tão curta assim, de não ter aprendido com o que acontece há um ou dois meses, quando esta Câmara aprovou o projeto das concessões dos praças e parques. Então, esse é um dos problemas: um governo que manda para cá projetos lei para revogar, mudar algumas coisas, mas não se sabe bem por que, não traz o problema. Se o Executivo chegasse e dissesse: "Olha, temos que mudar esse ponto aqui, porque é isso que está travando. Temos lá outros 60 pedidos de adoção e não conseguimos passar para o adotantes porque tem um problema na lei". Bom, aí discutiríamos em cima de uma plataforma racional, mas não é isso. O que se percebe aqui é que o governo meramente quer fazer *marketing* dizendo que agora, se aprovada esta lei, canteiros e verdes complementares, Ver. Cecchim, estarão em boas mãos, ou seja, como num passe de mágica. Na verdade, é mais uma enganação do governo Marchezan. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLE nº 013/18.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Presidente Mônica, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, na realidade o pior no projeto não é o projeto, é depois do projeto, quem é que fiscaliza? Porque nos nossos governos, Fogaça, Fortunati, governo do PT, várias praças e equipamentos foram adotados, aí a empresa chega lá, coloca a placa e deu, porque cuidar ela não cuida. Sai na mídia que ela adotou, coloca a marca dela lá, e a Prefeitura não tem fiscal suficiente para fazer isso aí. No governo Fogaça, por exemplo, mudando uma lei que já existe, que é do ex-vereador Raul Carrion, nós recuperamos todas as quadras esportivas do Parque Marinha, com cimento, tabelas de basquete, telamento. A lei dizia que podia botar na tabela de basquete a marca do patrocinador, e nós fizemos um acordo Prefeitura, gabinete do prefeito, Secretaria de Esportes e Brasil

Telecom, na época, e funcionou. Para poder recuperar o parque tenístico que estava um lixo, tinha grama enorme, na José Montaury, em frente ao DMAE, tinha uma escola infantil ali – queimada, a Prefeitura pagava aluguel para as crianças estudarem no Bom Conselho –, também no governo Fogaça e com este secretário, nós fizemos uma parceria com o Banco Matone, que foi construído atrás, com a A.J.Rizzo, que era a construtora. Eles não só recuperaram tudo o que tinha ali como botaram guarda armado. Inclusive, a professora não queria voltar para o jardim de praça, pois ela dava aula no Bom Conselho, era melhor do que ter que voltar para o parque tenístico. Então, nos nossos governos, isso funcionou nos equipamentos esportivos, nós conseguimos fazer isso. E as empresas que aderiram a esse convênio conosco cumpriram, porque nós, da Secretaria, íamos lá cobrar: "Olha, a tabela quebrou; olha, o telamento está furado." A própria SMAM fez uma parceria, quando o Professor Garcia era o secretário do Meio Ambiente, com a Pepsi Cola, para colocar as duas academias ao ar livre, uma na Redenção e a outra na curvinha ali da Av. Beira Rio.

Então, eu penso que a dificuldade maior é a de fiscalizar isso tudo. Vou repetir: as empresas vêm naquilo ali uma oportunidade de expor a sua marca, o seu nome, ganham mídia e cumprem muito pouco. Eu tenho um outro exemplo aqui que funciona, que é o Parcão, adotado pelo Zaffari, pelo Mãe de Deus e acho que pela Melnick. O Parcão está em condições dos dois lados, tanto do lado do campo de futebol, à direita de quem vai, como no próprio parque. Então, se a ideia é essa de melhorar os equipamentos esportivos em troca da exposição da marca, eu não vejo empecilho em colocar o meu voto nesse projeto. Agora, eu quero alertar a Prefeitura de que é preciso ter alguém que vá fiscalizar, alguém que tenha o contato e que faça essa interface com as empresas que quiserem adotar esses equipamentos esportivos em troca da exposição.

Em relação aos canteiros, Ver. Prof. Alex Fraga, foi o que eu falei antes, eles são adotados, às vezes praças são adotadas, e eles não fazem. E a sua preocupação no sentido de que o candidato vá lá agora e coloque a placa dele lá, tem a lei eleitoral que não vai permitir que um parlamentar coloque uma placa lá: "Eu adotei o canteiro!" A lei eleitoral proíbe botar. Não vai botar dois anos antes, como é que vai botar dois anos antes? Daí é campanha antecipada, daí ele nem concorre, ele nem chega lá. Vou votar a favor, para encerrar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo Emenda nº 11, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLE nº 013/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando votação em destaque das Emendas nºs 10 e 11 ao PLE nº 013/18.

O Ver. Clàudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 013/18.

VEREADOR CLÀUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, eu ouvia atentamente os discursos de todos os pares e quero questionar algumas coisas aqui. Primeiro, onde eu moro, lá no Jardim Itu Sabará, tem algumas avenidas, uma delas é a Av. Paula Soares, que e uma avenida que começa na Av. Baltazar de Oliveira Garcia e vai até a Rua Guadalajara, ela tem um valo no meio, e toda essa avenida é arborizada, com muitas plantas. As pessoas têm problemas, vão lá e pegam boldo, pegam cidró, várias árvores, jardins, flores, e tudo isso é feito pela população que mora em toda a extensão da avenida, um foi incentivando o outro.

Depois, tem a Rua Valir Zottis, onde essa menina mora, e na frente da casa dela tem uma praça que esse chama Praça da Família, onde todos os moradores se cotizam e cuidam da praça, cortam grama, plantam árvore, usam a praça nos finais de semana, e é uma das poucas praças onde eu consigo levar a minha filha, porque está sempre limpa e bem arrumada. Temos a Av. Dom Claudio, e uma rede de supermercados adotou não somente a avenida como outros aparelhos e praças ali perto. Onde eu moro, temos a Karl Iwers, que toda a avenida foi adotada, limpa, grama cortada por uma pequena empresa que se situa nesta região. E na Mascarenhas de Moraes temos um grande trecho da avenida também urbanizado, adotado, com vários aparelhos. Tudo isso foram moradores ou pequenas empresas que jamais vão poder estar no Parcão, na Redenção, em qualquer outro lugar, mas estão beneficiando a população. Ouvi um vereador, não lembro quem foi, que disse que vamos mexer no que está funcionando, aí o Ver. Comassetto trouxe uma praça só de nossa cidade que é um entulho de lixo. Isso não está funcionando, porque se andarmos em volta, e insisto, o Jardim Itu-Sabará, Ver. Cecchim, não que a gente queira se exibir, mas é o local da cidade em que mais praças há, e lá a gente não consegue usar as praças em função da altura da grama, de os brinquedos estarem estragados, usando somente as praças que a população ou pequenos empresários da região adotam. Então não estamos mexendo no que está funcionando, estamos mexendo em algo que está

prejudicando e muito a população de Porto Alegre que não pode usar esses aparelhos. Aí vem a preocupação de quem vai fiscalizar; eu proponho, porque ainda dá tempo, e faço uma emenda dizendo que quem vai fiscalizar é o Conselho Municipal do Meio Ambiente e a SMAMS – é o seu papel! Porque se fiscalizasse, não estaríamos discutindo esse tema aqui hoje; se fiscalizassem, teríamos praças limpas, sem ser depósitos de lixo, tendo utensílios domésticos dentro das praças. Existe quem fiscaliza atualmente as praças, mas não existe uma fiscalização.

E a questão da lei eleitoral, Ver. Robaina, quero falar aqui como "*honoris causa*", lei eleitoral não permite isso. Eu botei um *outdoor* na época do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e terminei absolvido agora, duas semanas atrás, mas estava condenado em primeira e segunda instâncias por ter colocado um *outdoor* em nome do meu partido, a pedido da direção nacional do meu partido, que botou *outdoor* no Brasil inteiro. Então, não pode um agente político adotar praças, não pode um agente político adotar canteiros. A gente tem um exemplo do Ver. Cecchim, que pode botar na fachada do seu estabelecimento: escrito "Pedras" de um tamanho, e o "Cecchim" desse tamanho; o restaurante Janta, pode botar o "Restaurante" desse tamanho, e o "Janta" desse tamanho. (Faz gesto indicando tamanho.) Isso caracteriza campanha eleitoral. Isso não me preocupa, o que me preocupa é o que vários falaram: existem dois órgãos que são os fiscalizadores, mas atualmente não fiscalizam. Acho que nós temos que referendar a fiscalização desses órgãos e seguir o exemplo da população que espontaneamente vem adotando canteiros de avenidas e praças. Temos esses exemplos nos bairros onde moramos e queremos compartilhar, dividir. Há também vários pequenos empresários nos procuram querendo adotar uma praça – donos de restaurantes, donos de bares, cervejarias –, uma área e não conseguem em função da burocracia que existe na cidade. Seria isso, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 013/18. (Pausa.) O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): Presidente Mônica Leal, nobres vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara; esta é uma emenda da bancada do PRB. Hoje, em Porto Alegre, temos centenas de focos de lixo não resolvidos. De acordo com matéria publicada pela imprensa, em junho de 2018, a Prefeitura gasta, por mês, 1,3 milhão apenas com focos de lixo na cidade de Porto Alegre. Esta emenda tem o objetivo de permitir a adoção de praças, parques e verdes complementares, visando a eliminação desses focos de lixo da nossa cidade para o benefício de toda a comunidade.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): Nós temos imagens da cidade de Medellín, na Colômbia, que transformou 130 lixões informais em praças e jardins.
Temos também imagens de Porto Alegre, dos lixões, onde há centenas de locais onde os lixos estão a céu aberto.
Então, esta emenda é para que as pessoas venham a adotar esses locais e transformá-los em locais em que as pessoas possam transitar, possam estar com as suas famílias, possam fazer jardins, plantar, como aconteceu na Colômbia, em Medellín, onde foram transformados lugares que havia centenas de focos de lixo, e hoje são praças, jardins, lugares que hoje as pessoas podem estar ali com suas famílias, nas praças. Então, temos exemplos de países como a Colômbia, em Medellín.
Nós pedimos aos nobres vereadores que aprovem esta emenda que vai beneficiar a cidade de Porto Alegre e vai tirar o lixo que está acumulado, que é uma vergonha; a gente tem andado na cidade e temos visto centenas e milhares de focos de lixo, infelizmente, juntando animais, ratos, estragando a nossa cidade. E as pessoas que vão adotar esses lugares, vão melhorar, dar outra vida, outra cara para a cidade de Porto Alegre. Então, eu peço com carinho aos nossos nobres vereadores que analisem e vejam a importância desta emenda. Que Deus abençoe todos. Um forte abraço.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Clàudio Janta, a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 013/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 27 votos **SIM;** 1 **ABSTENÇÃO.**

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 013/18. (Pausa.) O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): Boa tarde, novamente, a todos. Esta Emenda é de autoria da bancada do PRB e tem por objetivo assegurar que sejam aplicadas as normas de acessibilidade para instalação de equipamentos e adaptação de espaços urbanos, nos processos de adoção de equipamentos públicos, observados os princípios do desenho universal, de acordo com a NBR nº 9050/2005 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos públicos), da ABNT. Por isso, peço aos senhores a aprovação desta Emenda, para garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Então, peço que os nobres vereadores votem favoravelmente a esta Emenda, que garante esse direito às pessoas com deficiência e também às pessoas idosas e com mobilidade reduzida. Um abraço, e que Deus abençoe a todos.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 013/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 30 votos **SIM**.
Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 013/18. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; a Emenda nº 06, de nossa autoria, faz duas alterações pontuais no projeto. A primeira delas: o art. 6º determina, no inc. I, a instalação de elementos identificadores do adotante no local adotado ou no seu entorno na forma prevista no regulamento. Se há a adoção de um equipamento, de um local, é correto que a identificação ocorra no local em questão, e não no entorno. Quando se fala no entorno pode ser no bairro? E aí o indivíduo poderá deslocar uma placa para duas, três quadras onde houver uma avenida de grande circulação para fazer a identificação do investimento, da doação ou da adoção? Portanto, é muito, muito preocupante o dispositivo que o governo encaminha para esta Casa Legislativa colocando a possibilidade de que a identificação, a placa seja colocada no entorno. O que é o entorno? O entorno de um canteiro, de uma praça... Se for no local,

tudo bem! *O.k.*! Todos nós aqui acreditamos que a nossa cidade precisa ser melhor cuidada, porque não está sendo. Qualquer porto-alegrense, em sã consciência, consegue ver que a nossa cidade está caindo aos pedaços. Isso, de certa forma, caracteriza o mecanismo de gestão de cidades dos liberais, que são completamente incompetentes para administrar uma cidade como Porto Alegre e transferem todas as responsabilidade do administrador, do gestor, para a iniciativa privada. Ou seja, nós somos incapazes, nós somos incompetentes para cuidar da capital dos gaúchos. Então, que se adotem as praças.

Eu estou esperando vir à Câmara um projeto em que a comunidade possa tapar buracos de rua, consertar vazamento de água, que o cidadão desobstrua a rede de esgoto pluvial, já que o DEP foi desmontado. Esta é a realidade: a nossa cidade está sendo malcuidada, assim como não houve cuidado na redação desse dispositivo. A colocação de identificação no local ou no seu entorno é preocupante. O que é entorno? É na mesma quadra? É no mesmo bairro? É na mesma macrozona? O que é o entorno? O indivíduo então adota uma pracinha minúscula, que não tem nenhum equipamento público, ele corta a grama e coloca uma placa no meio do canteiro da Av. Assis Brasil, ou na Av. Sertório, porque é no mesmo bairro, na mesma macrozona. Esse projeto é vago e esse tipo de iniciativa deveria ser muito mais específica, tratar com mais cuidado desse dispositivo legal.

E, finalmente, a nossa segunda proposta na Emenda nº 06 é a supressão do § 5º, que diz o seguinte: “Considerando a magnitude da doação, ou adoção formalizada, na forma do regulamento, poderá ser previsto tratamento diferenciado ao adotante para realização de eventos de publicidade ou promoção”. Qual é a magnitude? Que tipo de mensuração existirá aqui? E por que tratamento diferenciado? Não há nenhum tipo de critério preestabelecido. Não existe, é tudo muito vago. O que é grande magnitude? O que é tratamento diferenciado? Tratamento diferenciado não é visto com bons olhos em lugar nenhum! Agora, se nos preceitos do estado democrático de direito, a igualdade pode ser simplesmente jogada de lado, esquecida, abandonada ou pisoteada, tudo bem, vamos discutir, então, que tipo de cidade nós temos, ou que tipo de cidade é proposta por este Executivo. Tratamento diferenciado? De jeito nenhum. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 013/18.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, acho desnecessário, uma perda de tempo discutir umas coisas que o Ver. Alex falou aqui nesta tribuna chega a me dar... Olha, eu não sei o que ele pensa: "A empresa não é competente, o capitalismo não é competente, o liberalismo não é competente." Competente são vocês que deixam a Venezuela assim, o Vietnã, antigo, assim, a Coreia do Norte assim. Mas isso é competência? Deixaram os Correios e Telégrafos assim como estão. Por onde passa essa "esquerdalha"... Com todo o respeito, eu não sou de fazer isso, mas de tanto ou vir bobagem durante uma tarde, a gente se irrita! Essa "esquerdalha", por onde passa, desmancha tudo, é igual aos gafanhotos: destrói as plantações, destrói as cidades, destrói os cofres públicos, destrói a educação. Mas o que querem dizer aqui?! Que lição é essa que o professor quer dar aqui?! Uma lição do atraso, uma lição de como não fazer?! Nós temos que ter paciência para ouvir isso numa tarde chuvosa, e hoje é dia de sol, mas também parece nebulosa, ouvindo essas bobagens.
Então, por favor, por favor, vamos adotar, a iniciativa privada sabe fazer sim, e se precisar tapar buraco, tapa por um terço do preço que custa ao poder público. As obras públicas custam três, quatro, cinco vezes mais do que as da iniciativa privada. Por que será isso, Prof. Alex? É pela competência? É pela competência do poder público? Não! Não! É pela burocracia com dois erres – "burrocracia" –; não sabem fazer, por isso custa caro. Deixam roubar e deixam aumentar o preço – é isso que sabem fazer! Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 013/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.ª Mônica Leal, colegas vereadores, vereadoras; sinceramente há coisas que eu não entendo. A proposição da bancada dos colegas do PSOL é de uma simplicidade meridiana (Lê.): "Instalação de elementos identificadores do adotante, no local adotado, na forma prevista em regulamento". Qual o problema, para ter

um chilique aqui nesta tribuna? Eu não entendi. Não entendi. Outra coisa, eu não sofro da doença infantil do comunismo, que é o esquerdismo. Eu sou da bancada do PT e me considero de esquerda. Eu considero os meus companheiros do PSOL de esquerda. Hoje tem qualificativos: mais isso, mais aquilo, etc. e tal, mas eu também acho que, às vezes, é preciso ser relativizada a questão da linguagem neste plenário. Hoje em dia, é claro, que a linguagem foi para as cucuias, porque nós temos um ministro que assassina o vernáculo todos os dias; nós temos um presidente da república que assassina o vernáculo todos os dias. Nós temos pessoas tão comuns que, às vezes, gaguejam porque se encontram em situações que sempre tem uma grande autoridade na sua frente, mas a gente entende o que elas querem falar, porque elas são simples, como simples é a emenda do PSOL. Simples, é só colocar o nome do adotante.

Aqui na orla do Guaíba teve muita polêmica, porque tem o nome do adotante. A gente sabe que é uma empresa que adotou e lá está o nome. E tem mais, concordando ou não com essa empresa, ela está adotando um espaço público importante.

Eu quero saber quem adota a Praça Garibaldi. Quando a Prefeitura me disse que a estátua da Praça Garibaldi não podia ser restaurada pela empresa que estava adotando porque tinha que ter uma técnica especial, então eu falei: “Mas que adoção é essa?” É simples, é contratar um profissional e mostrar que o profissional está seguindo como tem que fazer um restauro de uma estátua. São coisas simples. Por isso que eu não entendo algumas coisas que acontecem nesta tribuna. Eu acho que este tema está causando um certo *frisson* porque nós começamos a fazer certos questionamentos. Ninguém é contra a adoção. Quem começou com essa história de adoção de praças foi o tal do partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Foi o Collares, melhor ainda. Mas é que, durante a gestão do PT, foram feitas muitas adoções de praças. Tu me corrigiste e fico feliz para mostrar que foi um partido trabalhista que tomou essa iniciativa e que foi seguida pelo Partido dos Trabalhadores. Eu espero que, se um partido liberal esteja no governo, faça a mesma coisa. Eu aprendi muito com a questão de Bogotá. Quando a gente olha e estuda a história de Bogotá, na Colômbia, a gente vê que independentemente dos partidos que

passaram na Prefeitura nos últimos anos, todos tiveram um *modus operandi* muito semelhante: respeito à cidadania, limpeza da cidade, dignidade, circulação, acessibilidade. Ver. Alvoni, V.Exa. que estuda esse tema - estude e entre no *site* da municipalidade de Bogotá - vai se sentir muito feliz em ver coisas que foram feitas lá, algumas que o senhor propôs aqui. Quem sabe possamos fazer mais coisas juntos, sem ter chilique, não é? Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 013/18.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mônica, vereadores, vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara. Quem está ligando a televisão agora não pôde ter assistido o destempero do Ver. Cecchim que é do MDB, fez agressões gratuitas contra uma proposta simples, agressões gratuitas contra o Prof. Alex, que é um vereador moderado, sensato, que fez uma apresentação muito correta de uma proposta muito básica sobre um assunto sobre o qual já tem legislação - a adoção de praças já tem legislação. O governo Marchezan vem com um novo projeto. O Ver. Cecchim tem que ser mais cuidadoso quando faz discurso, mistura assuntos que não têm nada a ver com o que estamos discutindo, discute Venezuela, que nós somos responsáveis pelo Vietnã - parece um debate delirante. O senhor, quando for falar sobre responsabilidade de tragédias administrativas, tem que falar sobre seu partido. Foram vocês que governaram. E nós estamos falando do Brasil. Podem falar de Porto Alegre, governaram Porto Alegre; podem falar do Rio Grande do Sul, governaram o Estado e governam o Brasil - são 30 anos governando o Brasil. E são 30 anos de desastres, de incompetência administrativa, de corrupção, de ataque aos direitos dos trabalhadores; então o Ver. Cecchim tem que ser mais cauteloso! Eu acho que este projeto... Fico preocupado, escutando a intervenção do Bosco; o Bosco tem muita experiência, foi secretário, é um vereador sensato, e ele explicava aqui. Eu não compartilho com voto do Bosco, mas a explicação do Bosco é importante. O Bosco dizia aqui, nesta tribuna, dessas adoções: a empresa vai lá e coloca uma placa, depois, a Prefeitura não faz a fiscalização e, de prático, de concreto, só o que fica é a placa da suposta empresa doadora, ou melhor, a empresa que adotou um

determinado bem público, só fica a placa, porque o serviço prestado não existe. E nós temos lugares públicos que deveriam ser supostamente adotados e são abandonados, mas ficam as placas.

Uma das coisas que tem nova nesse projeto do governo – o Prof. Alex Fraga está até salvando o projeto do ridículo – é a determinação de placas perpétuas. Vai haver uma adoção e a empresa que supostamente tiver a gentileza de adotar o espaço público terá a propaganda perpétua, eterna, os serviços certamente não serão, até porque nós sabemos que não há fiscalização do governo. E quando há relação do governo com as empresas, às vezes, é pior ainda! Nós temos um caso muito específico: tem um grande empresário no Brasil, um emergente que está agora com o nome da sua empresa fazendo política a todo vapor. Por sinal, o Cecchim é fanático apoiador dele. O Cecchim, pelo MDB, está entusiasmado com o dono da Havan – entusiasmado! –, ele faz propaganda, diz que é um grande empresário, o dono da Havan que foi o grande bolsonarista, defensor do Bolsonaro. Se nós tivéssemos governos realmente independentes e não governos que se curvem aos grandes empresários, esse dono da Havan estaria pagando os impostos que ele deve para a Receita e não fazendo acordo com a Receita que permite com que ele pague a sua dívida em 115 anos! O sujeito tem uma dividazinha com a Receita Federal, vai pagá-la em 115 anos! Bem, com esse recurso, adotamos todas as praças. Então, não precisa adotar praças, o que nós queremos é que paguem os impostos e não soneguem impostos esses empresários sonegadores que são protegidos pelos governantes. Esse dono da Havan, que o Cecchim diz ser um grande empresário, é devedor, sonegador de imposto, agora, já não é mais legalmente sonegador de imposto, porque nós temos a vergonha no País de ter um acordo com a Receita Federal, que faz com que o cara tenha 115 anos para pagar, mas é brincadeira! Este é o Brasil, onde sonegadores de impostos, grandes empresários, não pagam impostos, e ainda tem governantes que dizem que eles são os que fazem muitos benefícios para o povo. Conversa furada! O povo precisa é que cumpram a lei, e esses empresários não cumprem a lei e, às vezes, são beneficiados com discursos de políticos, dizendo que eles são os salvadores da pátria! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 013/18.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Presidente Mônica Leal, estou muito preocupado com essa emenda, mas o Ver. Adeli disse que é uma emenda simples. Mas, Ver. Robaina, a lei, no art. 6.º, diz: "Instalação de elementos identificadores do adotante no local adotado ou no seu entorno". A preferência será sempre no local adotado, mas quando isso não for possível, pode ser no entorno, ao lado, uma indicação, ou coisa assim. Vejam, nós temos possibilidade de adotar praças. Claro, numa praça vai ter lugar para uma placa do adotante, nos parques também, mas, nas passarelas, nem sempre, pode ser próximo à passarela, não precisa ser pregado nela: "Passarela adotada pela empresa tal", próximo, é só uma possibilidade, vereador. Acho que nada impede, por que proibir? Não tem sentido. Na rua, também pode ser, na entrada da rua, pode ser numa esquina antes, dando maior flexibilidade. Então, proibir a colocação dessa placa de propaganda ou indicativa, com tudo dentro do regulamento, nos passeios, nas fachadas, nos monumentos, nos viadutos e pontes, nos equipamentos esportivos... Nos equipamentos esportivos, adota o campo, não vai botar uma placa no campo, vai botar no seu entorno, lá na arquibancada ou coisa assim ou numa parte visível. Então, acho que nós não podemos engessar um projeto importante desses, que vai trazer benefício a esta cidade, à sociedade, indicando o logradouro, ou a praça, ou parque adotado. Portanto, nós encaminhamos contrários a esta emenda.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 013/18, pelo governo.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, eu até não iria encaminhar a emenda, acho que o Ver. João Carlos Nedel já esgotou o tema, mas eu não poderia deixar de me referir aqui ao que disse o Ver. Robaina. O PSOL parece que não pode ver alguém dar emprego neste País que vira um anticristo; um empresário do sucesso é um anticristo, um sonegador! O que o PSOL deve para o INSS ninguém comenta, vamos pular esse assunto, é um grande sonegador. Quantos mil empregos? De 12 a 15 mil empregos gerou a Havan no Brasil, paga de impostos R$ 3 bilhões por ano. Estou para ver alguém da esquerda que tenha produzido um emprego. Já empreendeu, Ver. Alex? Já assinou uma carteira de trabalho? Doze mil já assinou? O Luciano Hang assinou 12 mil

carteiras de trabalho, paga R$ 3 bilhões por ano de impostos para uma máquina pública perdulária, como é a brasileira, mas ousou expressar uma opinião política diferente da esquerda. Não faltará quem queira fazer uso do sucesso da Havan para atingir alguns minutos e alguns *likes.*

O tema que nos traz aqui é uma emenda, estratégia típica da oposição: pega um projeto, faz uma interpretação esdrúxula de um ponto do projeto... Dizer que o entorno pode ser noutro bairro... Não, pode ser na Grande Porto Alegre, Alvorada, é entorno dos verdes complementares... Então, uma interpretação esdrúxula para dizer: "Não somos contra a adoção, para dizer que nós somos contra a alínea tal do artigo tal, de um detalhe pequeno", porque fez uma interpretação esdrúxula. Ora, não saber o que é o entorno para colocar uma placa... Ah, o sujeito vai adotar um canteiro e vai botar placa no outro lado da cidade... Isso é de uma interpretação tão descabida, com todo o respeito que merece o colega, que evidencia que é uma tática apenas para encontrar microproblemas no projeto que não existem. Então vem aqui, pega uma linha do projeto, interpreta alguma coisa inexistente e, depois, diz que não é contra a adoção. São contra adoção, concessão, PPP, são contra qualquer coisa que não seja tudo no Estado, nada fora do Estado, é a máxima de Mussolini. São contra qualquer coisa que venha da iniciativa privada, essa que paga impostos, que gera emprego e que ganha, do PSOL, ódio, repreensão. Pobre Brasil, que o PSOL nunca governe o País. Pobre País, se um dia for governado pelo PSOL, porque aí teremos o sonho da esquerda: nenhum empresário e vamos esperar para ver os empregos que a esquerda geraria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 013/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, aqui nós estamos encaminhando a Emenda nº 06 e aqui se falou mal de funcionário público, se disse que a iniciativa privada, a direita, e o liberalismo são a solução da lavoura, que a iniciativa privada é que paga impostos... Na verdade, quem paga impostos neste País são os pequenos e médios empresários. Porque aos grandes empresários, benesses de tudo que é lado. Vocês já imaginaram o dono da Havan?

Cento e quinze anos para pagar a sua dívida tributária! Ele vai fechar as portas muito antes! Vai comprar mais quatro, cinco ou seis jatinhos e por aí vai.

Dizer que a esquerda é o caos e a direita é a salvação da lavoura, não, senhoras e senhores! Não é verdade! Não é bem assim!

Eu sou favorável ao micro e pequeno empresário, não sou contra grande e médio empresário. Agora, dizer que a catástrofe nacional é o setor público?

Aqui no Estado do Rio Grande do Sul, recentemente, três exemplos: uma empresa vendia carne podre! Carne podre! Vencida! Crime hediondo e grave! Outra empresa e diversas outras vendiam e venderam leite envenenando! Para a mãe deles, eles não dão! Vendem para os nossos filhos e para os nossos pais! Soda cáustica no leite! E dizer que no setor público nada presta? São somente os empresários que são os santos deste País? Não! Tem uma maioria de gente muito boa. Mas que tem ladrãozinho por aí, tem! E eu já disse e repito: para ladrão de dinheiro público, pena de morte! Pena de morte! Para quem vende leite podre, envenenado, para ganhar dinheiro, matando os nossos filhos, pena de morte! Essa é a minha tese! Eles matam a esperança de milhões de brasileiros.

Não foram os fiscais da Receita, os servidores da Receita que financiaram sonegação fiscal por 115 anos! Então, vamos devagar e vamos analisar o nosso projeto sem generalizar. Temos gente boa e gente com suas dificuldades no setor público, porque não, e na iniciativa privada também. Basta ver aquela empresa que fazia vacina de água. Esses são os santos que geram emprego? Vão gerar empregos para a mãe deles, mas não para o povo de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Não podemos admitir uma barbaridade dessas. Respeitar posições de cada um, da iniciativa privada e também do setor público. As grandes e maiores falcatruas deste País sempre tiveram no meio empresários. Ou será que o servidor público se corrompe por si mesmo, sem o corrompedor? Impossível. Abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 013/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Ver.ª Mônica. Entendo a preocupação do PT e do PSOL em colocar emendas para impedir, Ver. Cecchim, que a

gente possa avançar num projeto de adoção de equipamentos públicos e espaços públicos por parte de entidades privadas. Eu sei o quanto esses partidos têm medo de dinheiro privado, e eu estou vendo este debate sendo feito por outros vereadores. Agora, um ponto importante, e quero responder até à provocação que fez o Ver. Ricardo Gomes quando o Ver. Robaina, do PSOL, veio aqui e criticou o Luciano Hang, da Havan: o Ver. Ricardo colocou, são 12 mil empregos que ele gera. Fiquei pensando: sabe quando o PSOL vai gerar 12 mil empregos, Cecchim? Quando tiver 12 mil cargos comissionados para entregar a toda sua militância. Essa é a única possibilidade de o PSOL empregar 12 mil pessoas, não vejo outra.

Agora, falando sobre a emenda, se a gente tirar a possibilidade de identificação no entorno, daquele adotante, daquele doador, pergunto: no caso da ciclovia, onde ficará a identificação do doador? No meio da pista? O ciclista irá bater na identificação, porque não pode ser colocado no entorno – não faz sentido. Eu entendo que tanto esta como a próxima emenda do PSOL que prevê que a pessoa física não pode ser identificada por sua doação, são emendas que prevêem impedir qualquer tipo de atratividade para aquele doador, reduzindo, portanto, a possibilidade de que tenhamos doações que tragam avanços no uso dos nossos espaços públicos e equipamentos públicos. Por isso, obviamente, encaminho em contrário, e fiz questão de dar eco a essas provocações, porque entendo que essa divergência política e ideológica se faz pertinente. Tem gente que prefere ficar olhando para a sua ideologia e para a sua luta constante contra o capital privado, os empresários e o dinheiro, e tem gente que está pensando em novas formas mais criativas de beneficiar o cidadão, trazendo todo e qualquer cidadão, seja pessoa física, seja empresário, seja empresa ou seja terceiro setor, para contribuir com a cidade, que é o que este projeto faz. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Clàudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 013/18.

VEREADOR CLÀUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, eu tenho certeza absoluta do que eu vou dizer aqui. Se cada um dos 36 vereadores que estão aqui nesta Casa tivesse à sua disposição 50 empréstimos do BNDES, se a cada um dos

senhores que estão aqui fosse permitido tirar, num período de nove anos, 50 empréstimos do BNDES, os senhores gerariam muito mais do que 12 mil empregos. Vão tomar banho! Entenderam?! Com dinheiro público, até eu gozo, porque gozar com dinheiro dos outros, é barbada. Cinquenta empréstimos, em nove anos, do BNDES, até eu viro megaempresário, compro jatinho para passear no Brasil, raspo a minha cabeça e fico bonito! Com R$ 117 milhões em dívidas, o INSS, Ver. Cecchim... Se o senhor ficar devendo R$ 1.000,00, já vem encher seu saco. Mas o maior empresário do Brasil, hoje... Todos os anos aparece o maior empresário, o último botou até uma coleira na mulher quando ela desfilou, porque estava classificado como o segundo na Forbes, e está lá em cana. O Odebrecht era o menino príncipe, o homem de ouro; dormiu na Papuda e depois foi para Curitiba chorando, quem assistiu à minissérie da Netflix viu, um paranóico, doente mental, chorando. Sem falar nas grandes empresas do Brasil: Bradesco, Caoa, BRF, Petrobrás, Itaipava, Mitsubishi, RBS, Ford, Gerdau, Safra, Santander e a Light, todas estão na Operação Zelotes! Sonegando o dinheiro público! Isso, Ver. Cassiá, que o senhor fala em que governo foi, a Odebrech foi lá no governo dos milicos, entendeu? Esse papinho que descobriu o mundo agora. Isso aqui não existiu em 12 anos de governo, isso existiu no Brasil, a gandaia inteira.

Eu defendo o projeto e vou votar a favor do projeto. Agora, essas alegações que foram feitas, que geram empregos! Eu vou dar o exemplo do varejo, que aí eu entendo: a Manlec gerava emprego, foi parar aonde? A HM gerava emprego, foi parar aonde? E aí posso citar várias para vocês, que vivem com o dinheiro público! Eu quero ver eles tirarem do bolso deles, que nem o pequeno tira. Abrir o mercado, Ver. Mauro, e ficar lá 16 horas, em cima, com o seu investimento, o seu dinheiro, ir lá no banco e pegar um empréstimo, montar e ampliar o seu armazenzinho, sua ferragenzinha, e seu mercado – esse merece o meu respeito, porque esse muitas vezes adota as praças e os canteiros da nossa cidade. Aqueles outros, só fazem pirueta, pedem terrenos para as prefeituras, infraestrutura para as prefeituras, geram emprego e depois vão embora. E vou dar outro exemplo para encerrar a minha pequena participação. Vou falar de quem todo mundo fala bem, dizendo que é o exemplo de comércio de varejo do mundo: o Walmart. O Walmart veio, monta operação, quebra todo mundo, levanta e vai embora – está fazendo isso aqui em Porto Alegre. Botou para vender, para quem quiser comprar, o Big da Sertório, e as operações do Big. E faz isto em todo o Brasil: pega e vai embora, porque o governo parou

de dar incentivos. Vocês viram há pouco tempo as montadoras de automóveis exigindo do governo incentivo; exigindo dinheiro público, para gerar emprego. Façam as contas, eu fiz, quanto custa esse emprego, ver se os trabalhadores querem ver somente 12 mil empregados e 23 milhões de pessoas procurando emprego, e tendo dinheiro público enfiado dentro dessas empresas. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Alvoni Medina reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 013/18, pela oposição.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quando não se tem argumentos suficientes para debater simples e objetivamente, se escamoteia o debate. Aí, Ver. Ricardo Gomes, Ver. Idenir Cecchim e Ver. Camozzato, a emenda apresentada pelo Prof. Alex tem um grande sentido e um grande objetivo: é contribuir com o projeto e disciplinar o projeto. A oposição, até então, votou unanimemente nas duas emendas anteriores apresentadas porque entendemos que as duas emendas apresentadas, que vieram da base do governo, são boas para o projeto, assim como esta emenda do Ver. Alex é boa para o projeto, assim como a próxima emenda apresentada por nós é boa para o projeto. Por que, quando a situação apresenta emendas, a gente vem aqui debate, reconhece e vota? Por que, quando a oposição vem aqui, vocês não discutem o conteúdo das emendas e ficam criando fantasias internacionais, nacionais e locais? Ver. Cecchim, existem empresários honestos na esquerda e na direita. Existe salafra em todos os campos, mas no campo da sonegação e do empresariado a grande maioria é da direita. É isso que temos que reconhecer. Quem não acompanhou a vida de um grande construtor, deste País, que gerou milhões de empregos, chamado Oscar Niemayer? Ele era assumidamente comunista, filosoficamente. Quem não acompanhou um grande empresário, que foi Vice-Presidente da República e que mantém as suas empresas até hoje, José de Alencar? Agora dizer o seguinte: as empresas privadas e os conglomerados mamam a vida toda no

dinheiro público e sonegam – é isso que nós não queremos! Nós não queremos dinheiro público para ser distribuído para empresários comprar jatinhos, nós queremos o dinheiro público sendo repassado para os projetos nacionais que podem ser feitos pelos empresários, mas que construam uma política social e de inclusão neste País. É isso que está em discussão. Todos sabem que a JBS deve 2,4 bilhões para o INSS; a VARIG, que era uma empresa privada quebrou, ficou devendo 3,9 bilhões para o INSS; a VASP, que foi privatizada em São Paulo, e o seu Canhedo, o grande empresário da soja, quebrou a VASP e ficou devendo R$ 1,9 bilhão; e a Transbrasil, que era privada e também quebrou, e ficou devendo R$ 1,3 bilhão; a ULBRA, que está aqui, deve hoje R$ 1,7 bilhão para o INSS; e a Universidade de Caxias deve R$ 748 milhões para o INSS. E querem tirar os direitos da previdência neste momento, dizendo que isso é benefício para os trabalhadores. Mas que benefício é esse para os trabalhadores, retirando o seu direito de aposentadoria, retirando aquilo que eles têm de mais nobre? Todos temos acordo que é necessária, sim, uma reforma tributária, para organizar e disciplinar as finanças deste País. Assim como temos acordo que a reforma que foi feita aqui na Prefeitura, feita pela base, pela maioria que está aqui, é uma vergonha. Contrataram uma fundação para escolher os talentos de Porto Alegre – e isso está se tornando realidade, porque é tudo talento e nada acontece: são buracos, é lixo, é tudo e em tudo que é canto da cidade. Não vejo ninguém da base vir aqui dizer, e os próprios talentos, que foram indicados para serem secretários, para terem os melhores cargos de confiança e os maiores salários – que vergonha isso! Ver. Cecchim, tens que vir aqui dizer isso; Ver. Camozzato, tens que vir aqui dizer isso. Nós queremos debater isto: onde está a eficiência da administração que os senhores apoiaram, que os senhores apóiam? É lixo para tudo que é canto, são postos de saúde fechados, são as escolas infantis sem repasse – é isso que nós queremos discutir. E agora, um projeto como este, que é só a reforma de um projeto criado por nós, pela administração popular, e depois pelo governo Fogaça, e hoje não se pode questionar nada de um projeto como este, que é para ajudar a qualificar? Dizer que não pode ter uma placa eterna de alguém que foi ali e adotou uma praça, que fez uma estrutura relevante – mas o que é estrutura relevante ou significativa? Não é dito. Será que pintar o meio-fio de verde e amarelo, assim como o dono da Havan faz e que sonega. É uma vergonha um fascista como esse fazer o que ele fez no último processo eleitoral. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Nelcir Tessaro (DEM): Sr. Presidente, gostaria que os nossos colegas se ativessem ao tema que estamos discutindo, às emendas, porque, senão, mais uma vez não votaremos. Vamos discutir as emendas e não os partidos A, B ou C. Vamos discutir as emendas.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 013/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 1 voto **SIM**; 16 votos **NÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.
Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h19min.)